

Meio ambiente e ensino de História

Circe Maria Fernandes Bittencourt*

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão sobre as relações de historiadores e professores de História com o meio ambiente, procuramos nos deter nas diversas problemáticas ambientais, percebendo como muitos dos temas abordados são também familiares às ciências humanas e como as aproximações entre sociedade e meio ambiente possibilitam enriquecimento mútuo entre as duas áreas e campos de conhecimento.

Palavras-chaves: ensino de história, meio ambiente, história ambiental.

*“A natureza são duas.
Uma, tal qual se sabe a si mesma.
Outra, a que vemos. Mas vemos?
Ou é a ilusão das coisas?”*

*Quem sou eu para sentir
o leque de uma palmeira?”*
(Carlos Drummond de Andrade, “A folha”)

Os debates e discussões sobre meio ambiente, ecologia, educação ambiental parecem pouco familiares nas salas de aula de História. Poluição, degradação de solos, secas, queimadas, lixo, preservação de animais, enchentes devastadoras e demais problemas que envolvem os variados temas ambientais são próprios de educadores e cientistas da natureza mas parecem estar bastante distantes das preocupações daqueles que se dedicam aos estudos das sociedades.

Desta forma, tratar de um tema que aborda as relações da história com o meio ambiente pode provocar um certo estranhamento, como se historiadores

* Professora da Faculdade de Educação da USP.

e professores de História estivessem invadindo um território alheio e se propusessem a entrar em uma espécie de aventura, embrenhando-se em uma seara desconhecida, exclusiva da área das ciências da natureza. Quando, no entanto, nos detemos atentamente às diversas problemáticas ambientais, percebe-se como muitos dos temas abordados são também familiares às ciências humanas e como as aproximações entre sociedade e meio ambiente possibilitam enriquecimento mútuo entre as duas áreas e campos de conhecimento.

Refletir sobre as relações entre o homem e a natureza pressupõe, nesta perspectiva, a necessidade de identificar, inicialmente, as atuais condições de aproximações entre os dois campos de conhecimento. E, surgem indagações: quando as ciências sociais ou humanas passaram a se ocupar e se preocupar com os problemas ambientais? Quais as relações entre as ciências da natureza e as ciências das sociedades?

As aproximações entre as duas áreas são relativamente recentes, inserindo-se, entre outros aspectos, no processo de transformações do campo epistemológico, na denominada “crise da modernidade” e em suas formas de conceber e produzir conhecimento.

Os anos após a Segunda Guerra Mundial foram aqueles que, no dizer de Boaventura dos Santos, corresponderam ao “fim da inocência das ciências naturais e a emergência de uma consciência social crítica sob o impacto do desenvolvimento tecnológico na criação de alienação social, na destruição do meio ambiente e no agravamento das desigualdades entre países centrais e países periféricos”. (SANTOS, 1989, p. 64)

O desenvolvimento científico provocou o crescimento da tecnologia, ampliando o consumismo em uma escala que tornou possível vislumbrar infindáveis possibilidades, mas também limitações dos recursos naturais explorados pelo desenfreado capitalismo de séculos industriais. Podia-se, então, constatar que as ciências modernas naturais haviam produzido um enorme conhecimento *do mundo*, colocando-o sob a dominação do homem, mas concluía-se que essa acumulação de conhecimentos não havia sido traduzida em sabedoria *sobre o mundo* especialmente ao que se refere às relações individuais das pessoas e entre essas com a natureza, e, conseqüentemente “problemas fundamentais da vida continuavam completamente intactos”.

As décadas seguintes fizeram emergir, no campo científico, a denominada “crise paradigmática” com a constatação das clivagens entre o conhecimento

produzido cientificamente e os saberes marginalizados até, então, mas ancorados fortemente no vivido das sociedades. Saberes religiosos, míticos, das artes, os divulgados pelas mídias cada vez mais presentes nas gerações pós-70, passaram a ser considerados e reavaliadas as conseqüências do divórcio entre o conhecimento científico e os do “senso comum”, possibilitando, nesse processo, a redefinição, ampliação e criação de novas concepções e conceitos.

Para as ciências sociais e, em particular para a história, houve um repensar sobre os paradigmas que sustentavam seu processo de produção. Uma das importantes reflexões foi sobre as exclusões sociais da história, sobre uma história centrada em um etnocentrismo moldado pelos países centrais do sistema econômico mundial que havia criado conceitos como os de “civilização” e “progresso” por intermédio dos quais eliminavam-se povos e culturas da história da humanidade. O resultado mais evidente dessas constatações realizadas no decorrer da “Guerra Fria” e processo de descolonização dos países africanos e asiáticos foi uma aproximação entre a história e a antropologia e dessas áreas com as ciências da natureza. O conhecimento histórico passou a abarcar novas temáticas, deixando de limitar-se a estudos de uma história política centrada nas ações do Estado-nação, voltando-se para uma história econômico-social e, mais recentemente, para uma história cultural. Novos sujeitos têm sido investigados e percebidos na trama histórica. Operários, escravos, mulheres, crianças, os diversos grupos étnicos são analisados nas dimensões das mudanças e permanências históricas. Ficou evidente, principalmente na crítica ao ensino e à produção acadêmica, que não podia se considerar a história como resultante apenas da vontade e das ações de indivíduos, de alguns poucos homens do poder institucional mas que ela se constituía pelo conjunto de sujeitos, em diferentes condições. Tornou-se óbvio que as pessoas comuns também foram e são partícipes da história.

No caminhar das investigações que se preocupavam em incluir a sociedade como um todo, em sua pluralidade de ações, reformulou-se a concepção de história política, incorporando os movimentos sociais, as diversas formas de resistência cultural, de lutas cotidianas, e confrontos diversos, considerando-se como ação política significativa não apenas aquela proveniente do poder instituído, mas igualmente as resultantes do poder civil.

À medida que se multiplicavam os movimentos da sociedade civil e suas lutas reivindicativas por direitos trabalhistas, direito das mulheres, a produção

historiográfica passou a inovar as temáticas da história política. Da mesma forma, as lutas e movimentos de grupos ambientalistas ou ecológicos dos anos 60 e 70, notadamente, passaram a despertar o interesse de cientistas sociais, incluindo os historiadores. Nesse contexto, sob o impacto das redefinições da história social articulada à política e à cultura, surgiu, nos países onde tais mobilizações sociais mais se evidenciaram em relação aos temas do meio ambiente, a preocupação com esta problemática em uma perspectiva histórica. Os historiadores, ao se aproximarem e se preocuparem com as lutas e conflitos vividos no tempo presente, passaram a rever e a reconsiderar o lugar da natureza no viver social. Surge, assim, a história ambiental.

Por uma história ambiental

A denominação história ambiental, ou do ambiente, passou a ser utilizada por alguns historiadores engajados nos movimentos ambientalistas de seus países, notadamente os norte-americanos. Um nome de destaque desse grupo de historiadores, Donald Worster, informa que, a partir dos anos 70, o tom político característico dos primeiros escritos de história e meio ambiente se associou a investigações mais rigorosas no ponto de vista teórico-metodológico, levando tais pesquisadores a se aproximarem de biólogos, botânicos, geógrafos e demais cientistas com maior tradição na área. E, inversamente, ocorreu o mesmo movimento. Cientistas de formação diversas passaram a se dedicar a estudos das relações entre o homem e a natureza em uma perspectiva histórica, ampliando a pesquisa.

A história ambiental foi se constituindo basicamente em torno de um objetivo comum: investigar como os homens, em diferentes sociedades, ao longo dos séculos, foram afetados pelo meio ambiente e, de maneira recíproca, como o ambiente foi afetado pelos homens. De forma simplificada, os historiadores esclarecem que a “história ambiental trata do papel e do lugar da natureza na vida do homem” (WORSTER, 1992).

Independentemente, no entanto, da denominação de história ambiental, os historiadores que incluem as problemáticas ambientais em suas pesquisas têm cuidadosamente enfatizado que as relações entre os homens e a natureza são analisadas em uma perspectiva não determinista, diferentemente, portanto,

dos estudos do século XIX que colocavam a sociedade como uma prisioneira do meio físico. Eles têm insistentemente frisado este aspecto – não estão propondo um determinismo da natureza de maneira unilateral, destacando que “a cultura humana age sobre o meio físico, propiciando significados e usos complexos dos seus elementos” (DRUMOND, 1991, p.181) e, ao mesmo tempo, têm salientado as influências da natureza na constituição histórica das sociedades humanas.

Os estudos históricos sobre o meio ambiente mais recentes caracterizam-se também pela preocupação em repensar as noções de tempo social. A história das sociedades tem sido concebida com marcos datados, com uma intensa necessidade de “domesticar” os tempos das culturas humanas. Contar o tempo, dividindo-o em anos, meses, dias, horas é uma construção cultural que caracteriza a sociedade urbana industrial cujas conseqüências merecem reflexão, assim como torna-se necessário compreender as demais formas de marcar e construir a noção de tempo de outras sociedades em espaços e momentos diversos.

O momento da criação do homem tem sido concebido e determinado, como no caso da sociedade ocidental cristã, por textos sagrados. O livro do Gênesis afirma que o homem surgiu na face da Terra há aproximadamente seis mil anos e esta datação, mesmo relativizada após as teorias evolucionistas e desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos, situa a visão antropocêntrica da história que estabelece, ainda fortemente, a divisão do *antes* e *depois* da escrita como marco decisivo para a compreensão do passado da humanidade. Quando, no entanto, situamos o homem em uma escala planetária, da formação das paisagens, das plantas e outros animais, pensando no “tempo da natureza”, os referenciais se transformam. Percebemos o “lugar” que o homem ocupa na história do planeta em uma outra dimensão temporal. O tempo geológico, o tempo da criação das espécies vegetais e de outros seres vivos determinam outras formas de referenciar o tempo social. Ao situarmos a idade da Terra em aproximadamente 4,5 bilhões de anos, podemos entender a afirmação metafórica sobre o tempo da cultura que corresponderia a “uma pequena frase ao fim de uma nota de rodapé na última página ao longo do compêndio da vida do planeta.” (DRUMOND, p. 178)

Tem sido significativa a compreensão da escala de tempo para a situar o papel do homem no processo de transformação da natureza,

assim como dimensionar, para além do tempo presente, os limites e o poder das ações humanas. Dentre os aspectos importantes decorrentes da abordagem dessas temporalidades, destaca-se a reciprocidade das transformações promovidas pela natureza sobre a vida dos homens e como estes mudam os ritmos de tempo da natureza.

Assim, é fundamental pensar o tempo da natureza com seus *ritmos* e *durações* próprios e as transformações que realizam. Vulcões, terremotos, glaciações, erosões, provocam mudanças que têm afetado as sociedades humanas. E, por outro lado, um aspecto significativo para se pensar a noção de tempo histórico em sua relação com o tempo da natureza é o de situar as atuais problemáticas ambientais, como os movimentos ecológicos e sua luta preservacionista, em um momento histórico determinado. A exploração dos recursos naturais pelo homem possui uma história. O momento presente, do capitalismo industrial que, por intermédio de inovações tecnológicas, tem impulsionado uma maior exploração e devastação da natureza quando se compara a momentos anteriores precisa ser entendido em toda sua complexidade e contradições. As formas do homem viver e conceber a natureza têm sido diversas, variando no tempo e no espaço e cabe aos estudos históricos situar tais diferenciações, evitando equívocos de passados idílicos, de existência de momentos de total harmonia e integração entre o homem e o mundo natural. A manipulação da natureza pelo homem tem uma longa história, com variações em intensidade e brutalidade.

Ao se repensar o tempo histórico tendo como referência as relações homem-natureza pode-se ainda avançar na compreensão das diversas temporalidades vividas pela sociedade e nas formulações das periodizações e marcos de rupturas. Assim como defendia Levi-Strauss, as grandes transformações irreversíveis da sociedade podem ser basicamente divididas em dois grandes períodos. O primeiro momento dessa *longa duração* foi o *neolítico*, com o nascimento da agricultura e responsável por mudanças significativas nas relações entre os homens, a terra e as plantas e animais. O segundo grande momento foi o da *revolução industrial* dos séculos XVIII e XIX que introduziu relações entre o homem e os recursos naturais em escala sem precedentes, impondo novo ritmo no processo de transformações e de permanências. Esses dois momentos correspondem à constituição de novas formas dos homens

organizarem o tempo e se organizarem no seu tempo cotidiano: o *tempo da natureza* foi substituído pelo *tempo da fábrica*.

Temas de história ambiental

Mas afinal quais são os temas que conduziram os historiadores na trilha desse campo de investigação? Um levantamento mesmo parcial, como o apresentado por este texto, revela uma gama variada de temas pesquisados, majoritariamente, por historiadores norte-americanos e europeus.

Dentre os franceses, Marc Bloc e Fernand Braudel têm sido apontados como precursores de uma abordagem que busca compartilhar, de maneira mais íntima, espaço e tempo, visando estabelecer métodos que possibilitem um entrelaçamento entre as paisagens e os homens.

Marc Bloch advertia em *Introdução à História* sobre as necessárias diferenciações entre a história natural e a humana mas alertava para as vinculações entre as duas áreas e a impossibilidade de interpretações que separassem o mundo natural de um mundo humano. Destacava ainda os impactos gerados pelas ações do homem no equilíbrio ecológico. (BLOCH, Marc, s.d.)

Em sua obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*, publicada em 1949, Braudel recuperou a história dos povos do século XVI em torno do Mar Mediterrâneo, transformando o mar, com suas paisagens, suas especificidades climáticas, em personagem fundamental para a compreensão das relações de poder econômico e político do período. Trata de uma obra significativa ao buscar a superação de uma análise determinista que condicionava de forma inexorável o percurso histórico de povos submetidos ao fatalismo do seu meio. Braudel, então, advertiu:

O meio geográfico não limita os homens sem remissão, pois, precisamente, toda uma parte de seus esforços consistiu para ele em se destacar das restrições limitantes da natureza. Entre o homem e as coisas, não fazamos divisões arbitrárias (BRAUDEL, 1949).

Este autor preocupou-se com as relações homem e a natureza antes mesmo do advento dos movimentos e das preocupações ambientalistas, não

integrando, assim, a lista dos historiadores dessa área mas, tornou-se quase que uma referência obrigatória pelo esforço em estabelecer o papel do espaço na construção do tempo histórico e de suas *durações*.

Pela trilha aberta por Marc Bloc e Braudel, seguiram-se outros estudos de historiadores franceses. Le Roy Ladurie preocupou-se com as epidemias e as condições climáticas responsáveis por crises econômicas. As condições meteorológicas eram recuperadas para estabelecer ligações com uma história econômica francesa, indicando as alterações de tais condições com o crescimento ou o decréscimo populacional, assim como os processos migratórios delas decorrentes. Este historiador, considerado como um dos fundadores da história ambiental, em 1974, descreveu algumas das importantes temáticas a serem pesquisadas:

A história ambiental reúne os temas mais antigos com os mais recentes na historiografia contemporânea: a evolução das epidemias e do clima, ambos os atores sendo partes integrantes do ecossistema humano; a série de calamidades naturais agravada por uma falta de antevisão, ou mesmo por uma absurda “disposição” dos colonizadores simplórios; a destruição da Natureza causada pelo crescimento populacional e/ou pelos predadores do hiperconsumo industrial, que levam à poluição do ar e da água; o congestionamento humano ou os altos níveis de ruído nas áreas urbanas, num período de urbanização galopante (LADURIE, 1974).

A história da água foi objeto de estudo de Maneglier. É um estudo que percorre o uso das águas por diversas sociedades, iniciando pela importância mitológica das águas sagradas com seus rituais, deuses, purificações, passando pelas primeiras formas de domesticá-las pelos sistemas de irrigação e pela importância que os romanos atribuíam a esse recurso natural, com o desenvolvimento de magníficas técnicas hidráulicas de aquedutos e as construções para desfrutar os prazeres dos banhos termais. A obra trata igualmente da sociedade urbana moderna e as formas de consumo de água atuais após a canalização, criação de esgotos e desperdícios proporcionados pelas torneiras, além de tratar da história da poluição das águas dos rios e suas conseqüências. (MANEGLIER, 1991)

As águas salgadas, dos mares e seus litorais foram o grande objeto de

estudo de Alain Corbin, buscando identificar como as concepções burguesas transformaram o uso das praias. Apresentando os temores iniciais provocados pelos mares, dilúvios, dos naufrágios, o autor mostra a metamorfose que ocorre quanto às concepções “do beira-mar”m das paiais do litoral a partir do século XVIII. As praias dos pescadores e as das cidades portuárias foram sendo transformadas em lugares de lazer, do sol e de embelezamento dos corpos em meio a confrontos entre os grupos sociais: as populações que viviam do mar concebendo-o como lugar de trabalho e fonte de sobrevivência e a burguesia consumidora dos prazeres das ondas e areias do mar (CORBIN, 1989).

Mais recentemente a história do meio ambiente foi tratada de modo mais amplo pelos historiadores Robert Delort e François Walter em *Histoire de l'environnement européen*. Nela os autores procuram mostrar como uma preocupação de vaga inquietude sobre o meio ambiente transformou-se em um dos aspectos cruciais das políticas e da vida econômica em escala mundial. A ecohistória, como a denominam, é apresentada em três partes: a história da história do meio ambiente, o espaço no tempo: variações e variabilidades e a antropofização do meio em que abordam a evolução histórica da ação do homem sobre seu entorno, do neolítico ao mundo urbano.

Os historiadores de língua inglesa, também têm se dedicado aos temas sobre meio ambiente. Elogiada e criticada, *O homem e o mundo natural – mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*, de Keith Thomas, é um referencial para estudos das formas pelas quais as plantas e animais foram sendo submetidos aos desígnios dos homens. O período e o lugar escolhidos –a Inglaterra nos séculos XVI ao XVIII – constituem-se como uma significativa fonte para a compreensão da história moderna, identificando como a sociedade desse período foi selecionando os animais e as plantas para servir de alimento ou como objetos de adorno e fonte de lazer. Nesse quadro, busca esclarecer o nascimento das ciências botânicas e as ligadas à zoologia, associando o trabalho científico ao papel da fundamentação teológica do cristianismo que justificava a dominação do homem sobre a natureza e sua superioridade frente aos demais seres vivos. E, nesse processo, revela as contradições que se estabelecem, mesclando, nas pessoas desejos de proteção das espécies, ao lado de outros que se limitavam a considerar a primazia dos humanos sobre as demais espécies, concluindo que “havia um conflito crescente

entre as novas sensibilidades e os fundamentos materiais da sociedade humana” (THOMAS, 1988).

Temáticas diversas caracterizam a produção dos historiadores norte-americanos. Em um artigo de 1991, José Augusto Drumond, traçou com acuidade os temas e métodos de historiadores dos Estados Unidos que se constituem, segundo este pesquisador, no grupo mais produtivo desse campo (DRUMOND, 1991).

Nesse balanço, percebe-se uma tradição norte-americana em estudos sobre história regional e de comunidade que tem procurado estabelecer vínculos estreitos com as demais áreas das ciências naturais e da antropologia para a compreensão do seu *habitat* natural. Nesse processo, vários autores optaram por métodos e conceitos obtidos nas áreas das ciências naturais para tratar de temas como os usos comparativos da terra, de animais e plantas por grupos indígenas e colonizadores europeus (William Cronon); as réplicas da sociedade européia introduzidas no continente americano especialmente pela introdução de animais e plantas domesticadas, analisando as “vantagens biológicas” desses transplantes, nem sempre adequados para as regiões tropicais (Alfred Crosby); história ambiental do fogo com os comportamentos predatórios de seu uso e como importante “fenômeno cultural de intervenção humana que alterou porções significativas das paisagens naturais” (Stephen J. Pyne).

Mas, dentre os norte-americanos, destacam-se os trabalhos de Donald Worster que associam história social e ambiental ao contexto político. Um dos temas instigantes que abordou foi o da irrigação de vastos setores áridos do oeste americano (Califórnia, Arizona, Novo México, Nevada, Utah) indagando

“Como se construiu em uma região árida e semi-árida dos Estados Unidos uma sociedade de abundância?” A resposta é fornecida pela análise dos usos da água, de como se tornou privatizada, das interferências políticas e financeiras para a construção de sistemas de irrigação, das formas de implantação de fontes de energia, enfim como técnica e politicamente a água foi manipulada por determinados setores e agentes, mas com altos custos sociais e ambientais. (WORSTER, 1985)

De maneira, geral estes autores têm contribuído, de maneira instigante e polêmica, para transformar uma topografia inanimada em agentes históricos, mostrando uma história na qual o homem não é tudo.

Os diversos temas da história ambiental na atualidade têm aproximado o meio ambiente à história cultural, das imagens construídas pelos homens sobre a natureza e de como ela está incorporada na memória individual e coletiva. Um desses trabalhos é *Paisagem e memória*, no qual são apresentados os mitos e as representações sociais em torno de três elementos centrais da natureza Mata, Água e Rocha. Por esta temática, o autor pretende desenvolver uma reflexão otimista no que se refere às relações ecológicas atuais, demonstrando que “ao longo dos séculos, se formaram hábitos culturais que nos levaram a estabelecer com a natureza uma relação outra que não a de simplesmente esgotá-la até a morte” (SCHAMA, 1996, p.29).

A constituição de uma história ambiental brasileira

Atualmente no Brasil, os debates ambientalistas têm sido realizados em duas vertentes, notadamente a partir da década de setenta. Existem, sem continuidades, discussões sobre problemas de poluição nas cidades, especialmente nas grandes metrópoles visando encaminhar propostas e definições de políticas governamentais par a melhoria da qualidade de vida do cidadão urbano e uma continuidade de debates sobre a destruição das matas, especialmente o caso da Floresta Amazônica que tem sido assunto internacional.

Tais debates têm sensibilizado alguns poucos historiadores sendo que, a partir do final dos anos oitenta e no decorrer dos anos noventa, pode-se perceber um crescimento de pesquisas sobre esta temática.¹

Os levantamentos sobre história ambiental no Brasil feitos pelo já citado Drumond e por Dora S. Correa indicam a inclusão de problemas ambientais em trabalhos de pesquisadores renomados nas décadas de trinta a cinquenta, especialmente Sergio Buarque de Holanda em suas obras *Monções*, *Extremo Oeste* e *Visão do Paraíso* nas quais trata dos conflitos e diferenças entre os grupos nativos e os europeus quanto às formas de utilização da fauna, flora, recursos naturais situando a produção de paisagens por diversos grupos sociais a partir da chegada dos portugueses.²

¹ Este crescimento é visível pelo número de teses notadamente da USP, UNICAMP e UNESP.

² Também são apresentados nos levantamentos indicados, trabalhos de Gilberto Freire (Nordeste), Cassiano Ricardo (Marcha para o oeste) e mesmo de Caio Prado Jr. como significativos para a história ambiental.

Estes trabalhos, no entanto, não são considerados exatamente como obras de história ambiental, e segundo tais levantamentos, existe uma interrupção significativa sobre os problemas ambientais entre os anos de 1950 e 1970 provocada pelas políticas econômicas criadoras da ideologia do “desenvolvimentismo” que bloqueava questionamentos sobre os impactos ambientais no processo de industrialização em curso no país e demais formas de exploração dos recursos naturais, incluindo os minérios. O surgimento das pesquisas propriamente de história ambiental foi mais tardio, ocorrendo a partir dos anos 80, no período da denominada “democratização” do país. Destacam-se, então pesquisas associadas às políticas ambientais, como o “A natureza e o projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil” (PADUA, J. 1987) e “Ecologia e política na formação social brasileira”. (GUIMARÃES, R. P., 1988)

A maior parte das pesquisas têm se caracterizado por recuperar as concepções e representações da natureza em diversos momentos da nossa história assim como analisar, em perspectiva histórica, a instituição de leis e organismos ligados ao meio ambiente. Destaca-se nessa linha o historiador Jozimar de Almeida que associa a problemática política do meio ambiente à história da ciência e da tecnologia agrícola. Busca este autor identificar a constituição do movimento ambientalista, a respeito do estabelecimento de uma consciência preservacionista ou sobre políticas públicas, analisando o caso de uma forma de gestão do Estado em relação aos impactos ambientais, com as normatizações, formas de fiscalização, de controle e recuperação de áreas degradadas. Este autor procura, pelo estudo da História associado à Ecologia, “desvendar o processo histórico pelo qual, através do trabalho, domina-se a natureza e se entende como progresso uma ampliação e efetivação desse poder sobre a selvageria natural.” (ALMEIDA, J., 1993, p.29)

Outros pesquisadores brasileiros têm, na década de noventa, desenvolvido investigações na área, como o anteriormente citado José Augusto Drumond que se dedicou a estudos dos Parques Nacionais. A antropóloga Lívia Barbosa, em *Garimpo e meio ambiente*, colabora para a reflexão de um dos temas mais polêmicos da atualidade – a exploração de minérios no Brasil. Analisa este tema sob um ponto de vista social, identificando o papel histórico dos garimpeiros a partir da exploração aurífera do século XVIII e o atual. Traça o percurso da transformação da representação de um personagem histórico – o

minerador- considerado como desbravador do sertão e conquistador de riquezas do período colonial em devastador ambiental da atualidade (BARBOSA, 1991).

A história do meio ambiente no Brasil se fortaleceu com a contribuição de um norte-americano, o brasileiro Warren Dean que, em meados dos anos 80, se dedicou a analisar a relação entre a sociedade e o meio ambiente no Brasil.

Este historiador abordou sob vários enfoques a história florestal e o processo de devastação das reservas nacionais. Foi pioneiro o estudo sobre a história da conservação de florestas no sudoeste do Brasil em 1985, no mesmo ano em que ofereceu um curso de pós-graduação na Universidade de São Paulo sobre a história do conservacionismo ou “tendências conservacionistas” no Brasil, no qual confrontava a História, a Ecologia e a Ciência Política. Tratou em seguida do desmatamento ocorrido no processo de industrialização em São Paulo, notadamente após o governo de Juscelino Kubitschek e dos militares e os custos ambientais decorrentes de uma visão política que considerava a proteção ambiental como “luxo” de países desenvolvidos (DEAN, 1986).

O desenvolvimento da história florestal se preocupou com as espécies vegetais exploradas pelo comércio capitalista, analisando, nesta perspectiva, a história da domesticação da seringueira e os modos de transplante ou “contrabando” da espécie, como ele denuncia, pelos ingleses em suas colônias asiáticas. Em *A Botânica e a Política Imperial: a introdução e a domesticação das plantas no Brasil*, situa a problemática do processo de colonização quanto à introdução de plantas de interesse comercial e posterior sistematização da exploração nos séculos XVIII e XIX. Situa, nesse contexto, a criação dos jardins botânicos, iniciada no Brasil pelos portugueses sob influência dos iluministas franceses voltados para as ciências naturais e pelo interesse em ampliar cultivos de plantas exóticas e a transformação destes em “jardins” pelos governos nacionais após a independência.

Uma obra seqüente e bastante polêmica mesmo historiador, *A ferro e fogo – A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, consolidou sua contribuição para a história ambiental no Brasil. Percorre o itinerário da destruição dessa floresta tropical nos diferentes momentos da história brasileira, incluindo as culturas indígenas, os colonizadores portugueses e os brasileiros até a atualidade. Dean, ao escrever a história florestal, aproxima estrutura econômica a uma história das ciências, buscando, por intermédio das contradições das criações humanas, identificar o futuro da vida no planeta:

O avanço da espécie humana funda-se na destruição de florestas que ele está mal equipado para habitar. A preservação de florestas deve, portanto, basear-se em algo além do argumento do auto-interesse cultural, ambiental ou econômico: talvez em uma concepção de interesse que apenas se poderia definir por um auto-conhecimento mais perspicaz e uma compreensão mais profunda e filosófica do mundo natural (DEAN, 1996, p.24).

Mais recentemente a historiadora Dora Shellard Correa amplia interpretações ao investigar as diferentes formas de relacionamento do homem com a natureza, ultrapassando os pressupostos de que há uma constante luta dos homens contra a natureza, visando sua destruição. Procura estudar como as sociedades humanas criam novas paisagens em diferentes contextos e como se diferenciam os impactos ambientais, dependendo do desenvolvimento econômico, das relações entre natureza e concepção de riqueza. Ao estudar as mudanças paisagísticas em uma região do interior do estado São Paulo, a autora demonstra as diferentes transformações realizadas em momentos distintos por grupos sociais diversos: os grupos indígenas e os cafeicultores do século XX e destaca que “não é porque alguns grupos de índios se utilizavam de queimada para fazerem suas roças, que o destino das matas paulistas seria inevitavelmente o mesmo que a cafeicultura concretizou” (CORREA, D., 1998, p.9).

Ensinar e aprender história ambiental

A constatação da existência de poucos estudos históricos sobre meio ambiente entre nós e, também, no ensino de História, foi feita no final dos anos oitenta. Em uma comunicação apresentada no Iº Encontro “Perspectivas do Ensino de História” realizado na Faculdade de Educação da USP em 1988, Artur Soffiati constatava e advertia, então, que os temas ligados às relações entre as sociedades humanas e a natureza estavam ausentes da produção didática brasileira apesar da renovação quanto à introdução de problemas e enfoques sociais. A proposta de Soffiati era a de incluir nos livros didáticos e aulas de História tópicos específicos que enfocassem “*criticamente o relacionamento das sociedades humanas com o meio ambiente, bem como suas representações mentais*”. (SOFFIATI, 1988) Pretendia o autor, como ainda atualmente se pretende, que a História ensinada possa efetivamente,

ao lado de outras disciplinas escolares, contribuir para a educação ambiental das novas gerações.

No decorrer da década de noventa não podemos afirmar que este objetivo vem sendo alcançado e, apesar do crescimento de debates, discussões e publicações na área educacional sobre meio ambiente, as práticas escolares de História têm sido inexistentes ou escassas e sem divulgação. Se existem desafios para o professor introduzir temáticas sobre história ambiental, as dificuldades para se viabilizar atividades desses conteúdos são variadas.

Além da escassez de pesquisas de historiadores brasileiros, os professores ainda concebem as problemáticas ambientais como inerentes e exclusivas das aulas de Geografia ou Biologia. Há enormes dificuldades em trabalhos interdisciplinares no cotidiano escolar sobre determinados conteúdos para que eles possam receber um tratamento mais aprofundado, estabelecendo as necessárias articulações entre os vários campos de conhecimento. A escola tem permanecido como uma instituição na qual o legado de uma formação compartimentada tem solidamente criado uma tradição. Tal formação é um dos aspectos básicos que vem sendo criticada pelos que debatem o conhecimento escolar e o papel das disciplinas na constituição de uma cultura e das formas de se relacionar com o saber.

Considerando o estágio dos debates, pode-se vislumbrar, entretanto, possibilidades de alterações e surgem algumas perspectivas. No que se refere aos projetos educacionais provenientes do poder educacional, os atuais Parâmetros Curriculares Nacionais, os PCN, incorporaram parte das críticas referentes ao conhecimento escolar e a forma fragmentada de proposição dos conteúdos das disciplinas que caracterizaram os currículos anteriores. Como proposta para superar o conhecimento parcelar e compartimentado, os PCN sugerem os temas transversais que entre outros objetivos, devem servir como norteadores da seleção dos conteúdos das disciplinas escolares. Na definição dos temas transversais optou-se, por aqueles que tratam de “questões urgentes que interrogam sobre a vida humana, sobre a realidade que está sendo construída e que demandam transformações macrossociais e também atitudes pessoais, exigindo, portanto, ensino e aprendizagem de conteúdos relativos a essas duas dimensões.” (PCN, 1998, p.26) E, sob esta perspectiva, os PCNs possibilitam uma compreensão do conhecimento escolar articulado a propostas políticas, destacando que a inclusão dos *temas transversais* exige “uma tomada

de posição diante de problemas fundamentais e urgentes da vida social, o que requer uma reflexão sobre o ensino e a aprendizagem de seus conteúdos: valores, procedimentos e concepções a eles relacionados.” (PCN, 1998, p.35)

No que se refere ao Meio Ambiente como *tema transversal*, o documento do MEC apresenta algumas das atuais reflexões sobre concepções básicas dos problemas ambientais e oferece algumas propostas para práticas educativas, incluindo algumas para o ensino de História. Os aspectos que nos pareceram mais sugestivos para se concretizar o ensino e a aprendizagem de história ambiental são aqueles que destacam a *interdisciplinaridade, as relações entre as esferas locais e globais* e a articulação entre *meio ambiente e patrimônio cultural*.

Interdisciplinaridade e práticas de ensino

Para um trabalho interdisciplinar é importante partir de alguns princípios fundamentais que devem permear e estruturar as disciplinas envolvidas em trabalhos que se baseiam em concepção de conhecimento escolar integrado. Para uma educação ambiental, um dos princípios articuladores é o da concepção de que a natureza é dinâmica e não pode ser entendida como estática sendo necessário ser percebida em seu movimento. Um outro princípio, aparentemente óbvio, mas pouco explícito, é o que estabelece o homem como parte integrante da natureza.

Exemplificando, no caso de estudo sobre alimentos, uma temática concebida como exclusiva da área de Ciências, o ensino de História, ao tratar do tradicional processo de colonização por intermédio da produção açucareira, pode inserir este conteúdo em dimensões ambientalistas. Ultrapassando as análises que inserem a economia açucareira ao mercantilismo e constituição da sociedade escravocrata, a produção de açúcar pode ser estudada de forma a ser associada aos hábitos de consumo alimentar da sociedade europeia dos séculos XVI ao XVIII e as transformações ocorridas na Europa com a introdução de novos produtos americanos. E, reciprocamente, no caso brasileiro, a importância da introdução de produtos europeus integrados às plantas alimentícias e medicinais indígenas e aquelas introduzidas pelos africanos. Surgem, com esta abordagem, os espaços de proprietários das plantações, das fazendas, sítios e os dos pomares. Surgem as atividades, as técnicas criadas e os conflitos de trabalhadores diversos no cotidiano didáticos.

Amplia-se o conhecimento e possibilidade de interpretação da sociedade colonial com a reflexão sobre a criação de mitos religiosos adquiridos nesse processo, como os alimentos típicos regionais, os das festas profanas ou religiosas, do saber sobre as curas obtidas de ervas medicinais e favorece a compreensão das nações de tempo histórico mostrando os vínculos e a permanência desse passado cultural na vida presente. A fome, as doenças, as secas e o processo migratório podem, igualmente, ser analisados em tais contextos que não excluem as relações de exploração econômica e manipulação política. A viabilidade de trabalhos interdisciplinares não conduz, desta forma, à exclusão de conteúdos tradicionais da disciplina histórica, mas exige uma abordagem que possa integrar o conhecimento sobre o meio ambiente com as demais áreas de estudo.

Relações entre história local e história mundial

As problemáticas ambientais de alcance global, como as catastróficas guerras mundiais, o perigo constante das bombas de devastação que afetam a vida do planeta são objetivo de estudos históricos significativos, mas é importante que na escolha de conteúdo escolares também se incluam temas ligados à história local. A relevância das problemáticas locais articula-se à formação política dos alunos, na possibilidade de suas ações e interferências enquanto cidadão na luta cotidiana pela qualidade de vida, e portanto, contribui para alcançar a formação política do cidadão.

Se as problemáticas ambientais mais próximas dos alunos se relacionam aos objetivos do ensino de História, a questão que se coloca é de como identificar tais problemas em uma dimensão histórica. Assim, exemplificando, o caso do lixo é um problema aparentemente distante das questões históricas tradicionais do ensino. Mas se partimos do lixo industrial e caseiro e chegamos ao lixo atômico, podemos situar este problema em outros momentos e sociedades. O que são os sambaquis? Lixo das populações indígenas do litoral brasileiro? Do lixo atômico aos sambaquis, é um percurso viável para a reflexão das contradições sociais presentes e passadas. A diversidade de experiências tanto do entorno dos alunos como aquelas vividas por outras sociedades em outros tempos fornecem condições para aprofundar as reflexões sobre a sociedade industrial e mercadológica e os valores que são constituídos em relação à natureza em momentos diferentes.

Uma prática interdisciplinar, tendo como uma das suas preocupações básicas contextualizar os problemas ambientais próximos do vivido dos alunos, situando-os em espaços e tempos mais amplos, pode esclarecer a importância de se estabelecer relações entre o mais próximo e local com o mais distante e o geral.

O projeto *Educação Ambiental e Interdisciplinaridade* realizado em convênio entre a Faculdade de Educação da USP por intermédio do Laboratório de Pesquisa e Ensino em Ciências Humanas (LAPECH) e escolas da rede municipal de São Paulo, foi realizado considerando os princípios anteriormente mencionados e daí a preocupação da equipe de pesquisadores e professores em situar o papel da história no trabalho pedagógico.³

Na escola municipal “Paulo Setúbal”, uma das escolas do projeto, situada na zona sul da cidade de São Paulo, na região de Interlagos, desenvolvia-se, sob a coordenação do professor Rui Grilo, um trabalho pedagógico centrado em problemas cruciais vividos pela população local: a ocupação urbana em área de mananciais e, contraditoriamente, a falta de água nas casas dos moradores. O tema era instigante e complexo por se tratar de problemáticas ambientais em áreas urbanas com envolvimento político conflituoso e permanente. A questão que orientava a proposta dos professores envolvidos no trabalho era a de verificar se a escola pode, por intermédio do seu currículo, articular os conteúdos das disciplinas com os problemas vividos e com a história da comunidade local?⁴

Para fornecer respostas a esta indagação dois aspectos eram prementes. Havia por parte dos professores, especialmente do professor Rui Grilo, a preocupação em recuperar e divulgar a história das lutas dos moradores para obter água e serem atendidos pelo serviço de esgotos em suas casas. A memória oral, com depoimentos de moradores que haviam vivido a intensidade do movimento político nos anos 70 e 80, tornou-se uma fonte básica para a constituição da história local, ao lado de fotografias, artigos de jornal, plantas

³ Sobre este projeto educacional, coordenado pela professora Nídia Nacib Pontuschka de 1993 a 1997, para maiores informações pode-se consultar o livro *Um projeto...tantas visões. Educação ambiental na escola pública*. (ver bibliografia)

⁴ O trabalho do professor Rui Alves Grilo foi objeto da pesquisa que realizou no curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da USP, tendo defendido a dissertação de mestrado “*Periferia: entre a linha e a represa- lutas e alegrias da população*” em 1997.

urbanas, panfletos, entre outros documentos. Esta pesquisa foi realizada com cuidado, obtendo-se uma rica e volumosa documentação. Mas surgia, conseqüentemente, um segundo problema. Como transformar esta documentação em material didático, tornando-a acessível aos alunos e os moradores do bairro? Qual procedimento metodológico seria o mais adequado?

Ao lado das discussões sobre arquivos escolares e elaboração de dossiês temáticos, a equipe do projeto se envolveu em uma outra proposta do professor Rui relativa à produção de vídeos. Para a elaboração dos vídeos novas pesquisas se fizeram necessárias assim como a busca de novos métodos para efetivar um trabalho com imagem e som.

Existia a preocupação de situar o problema da água em sua complexidade, ultrapassando seu uso meramente doméstico. Era preciso considerar a água em suas contradições, como fonte de vida, como lazer em piscinas e brincadeiras nos rios e represas, mas também como transmissora de doenças, de destruição com as enchentes, águas para a comida e para lavar roupa, água da torneira ou água do poço, “a água fornecendo lucro, água capital, água inserida nos jogos políticos. A seca do nordeste e a migração: indústria da falta de água!” (BITTENCOURT, 199.)

E, havia a complexidade de situar a história dessa luta no tempo. Era importante recuperar a história da luta da população local, mas era necessário explicá-la, situando-a em contextos mais amplos, porque como bem explica a historiadora Emília Viotti:

As histórias contadas pelos participantes revelam suas experiências individuais, seus sonhos e pesadelos. Suas narrativas revelam as percepções e o modo como organizam suas experiências. Suas histórias se articulam num marco de referência e numa linguagem ao mesmo tempo constituídos por suas experiências e delas constitutivos (COSTA, 1998, p. 15).

Era necessário recorrer a outras fontes, com outros agentes sociais e também buscar mais informações na bibliografia, referenciando a história do bairro e de seus moradores junto à história da cidade de São Paulo em seu processo de crescimento, industrialização e como polo de atração de populações de outros locais do país, dos migrantes buscando empregos e uma nova vida.

Foram, nesta perspectiva, produzidos três vídeos.⁵ O primeiro, *Primavera existirá*, situou a visão dos alunos da escola “Paulo Setúbal” diante do tema da água. Alunos da pré-escola a alunos do final do ensino fundamental revelaram seu saber sobre os problemas e soluções para o abastecimento, sobre as formas de controle da poluição do rio Pinheiros e da represa Billings, o problema do “lixão fedido”. Os alunos revelaram que, desde muito pequenos, conhecem o preço da água, tanto pelo seu valor monetário como pelos custos sociais e políticos.

Na seqüência foi feito o vídeo *Histórias de um rio contrariado* que mostra um pouco da vida dos moradores que vivem ao lado do rio Pinheiros e da represa Billings, buscando, pelos seus depoimentos, identificar o processo de transformações desse espaço e o momento em que ocorreu a luta política pela água, como parte de um significativo movimento social. No vídeo é destacada, pelos depoimentos, a importância da liderança e da militância das mulheres, afinal as que mais sofrem com a falta de água em seu trabalho diário de donas-de-casa.

O vídeo *Roupa suja se lava em casa ou Do chafariz à água encanada*, que completa a trilogia, teve como preocupação apresentar os problemas de fornecimento e abastecimento da água, vividos pela população na cidade de São Paulo, a partir do início de seu crescimento, no final do século XIX. Pela pesquisa da história de São Paulo realizada pelos professores e estagiários do curso de Prática de Ensino de História que participavam do projeto, foi possível apresentar as razões da destruição de chafarizes pelo governo do estado para obrigar a população a usar água do sistema Cantareira. Tais confrontos correspondem ao momento em que este recurso natural tornou-se uma mercadoria de grande valor, passando das mãos do setor privado para o poder público. O trabalho dos escravos como carregadores de água teve de ser substituído, após a abolição, pela água encanada e, o vídeo procura ainda revelar as desigualdades sociais pela constatação de que nem toda a população pode usufruir dos benefícios da tecnologia, aparentemente simples, da água encanada e do sistema de esgotos.

Assim, os acontecimentos vividos pela população desse bairro de Interlagos podem ser entendidos quando situados em um tempo mais longo que revela o

⁵ Os vídeos foram realizados por uma equipe de pesquisadores, incluindo alunos estagiários dos cursos de Prática de Ensino de História e de Geografia e por técnicos da seção audio-visual da FEUSP, coordenada pelo professor Marcelo Tassara, da ECA da USP.

uso de um recurso natural fundamental para a sobrevivência dos homens no contexto da lógica do sistema capitalista. História local integrada a uma história em escala mundial.

Meio ambiente e patrimônio cultural

A preservação ambiental tem sido um tópico constante dos debates sobre meio ambiente e, conforme a produção historiográfica já identificou, não se trata de um problema apenas da atualidade. A intensificação e divulgação da necessidade de preservação são, no entanto, uma situação nova e se associa ao desenvolvimento da concepção *de patrimônio cultural*. Na atual Constituição foi incorporado no conceito de patrimônio cultural “os bens de natureza material e imaterial” incluindo-se, assim os bens produzidos pelo homem e aqueles que englobam os bens naturais e, ainda, não se “discute mais se esses bens da natureza envolvem somente os dotados de excepcional valor paisagístico ou inclusive o simples ecossistema.” (ORÍ, 1997, p.135)

A definição de políticas preservacionistas e elaboração de legislação protecionista articulam-se à constituição de uma consciência histórica e de identidade, moldando projetos que preservem a fauna, flora e paisagens como integrantes da vida humana. A consolidação de valores sobre a natureza, no ponto de vista educativo, volta-se para uma formação estética e de sensibilização quanto as conseqüências do culto ao individualismo, característico do consumismo pragmático e presenteísta, com tendência a desprezar o amanhã e o legado para gerações futuras. Ressalta-se, assim, a necessidade de situar os alunos diante das questões entre memória histórica e natureza, por intermédio do entendimento das políticas promovidas pelo Estado ou organizações civis contra desmatamentos, poluição de rios, lagoas, entendidos como bens culturais, cujos benefícios devem ser destinados para o bem-estar coletivo e compromisso com o dever e não voltados meramente para interesses individuais e lucrativos de curto prazo.

Ora, uma reflexão sobre patrimônio cultural pode se efetivar realizando apenas debates fundamentados em textos? Evidente que discutir as queimadas da floresta amazônica, assistir filmes sobre poluição dos rios, são atividades didáticas importantes. Realizar estudos do meio constitui, entretanto, a melhor maneira de se concretizar a percepção da necessidade de preservar determinados

lugares como “espaços da memória”. De que história tal ou qual paisagem natural ou urbana participou? Como ocorrem as transformações de um espaço? Observar, descrever cenários, comparar o que está sendo visto agora com fotos ou ilustrações de outras épocas requer um estudo de campo. Por intermédio de estudos do meio criam-se métodos para um aprendizado que transforma o olhar passivo em olhar questionador, que estabelece relações, que favorece a busca de respostas, que indaga o espaço em suas permanências e transformações e sobre as pessoas que nele vivem.

Estudar o meio ambiente tendo como objetivo possibilitar ao aluno fazer uma leitura crítica deste meio, identificando ao mesmo tempo os valores criados pela sociedade e os que se relacionam ao patrimônio cultural é ainda significativo pelas possibilidades de se educar não apenas usando a racionalidade das ciências modernas, mas também por deixar fluir as emoções, desenvolvendo sensibilidades para ver, sentir, estabelecer elos e vínculos com as experiências de cada um e a dos outros além de perceber os saberes próprios da natureza.

Reflexões finais

Estabelecidos os conceitos fundamentais – temporalidades históricas do cotidiano e local articuladas às gerais e estruturais, identidades e diferenças culturais; conhecimento interdisciplinar associado à concepção de patrimônio e selecionados os conteúdos significativos, resta ainda um desafio para a efetivação de uma história ambiental nas escolas. A relação entre o ensino e aprendizagem, ou em outras palavras, a questão do método. Como trabalhar com as temáticas ambientais considerando a escassez de materiais didáticos específicos da disciplina?

A contribuição da produção historiográfica existe, sem dúvida, para auxiliar na escolha dos conteúdos a serem trabalhados na sala de aula, quer para uma abordagem inovadora ou para ampliar os estudos mais tradicionais. As temáticas desenvolvidas, como as que apresentamos, tratam de problemas importantes, mesmo considerando o estágio ainda incipiente na situação brasileira. A leitura da historiografia ambiental deve, entretanto, ter também a preocupação com os métodos e a documentação da pesquisa.

Os historiadores se apropriaram de métodos de outras áreas, com

aproximações enriquecedoras, mas que passaram a exigir cuidados e leituras diferenciadas de uma variedade de registros. Além da documentação escrita, as fontes exploradas pelos historiadores têm sido a iconográfica composta por ricas gravuras e desenhos de artistas e cientistas, como o caso das obras dos viajantes e colonizadores europeus que se dedicaram à exploração territorial na fase colonial e os demais que percorreram o interior do império brasileiro nos séculos XIX e XX. As formas de percepção registradas demonstram os diferentes olhares, variando em duas formas mais significativas. Houve gente que percebeu a paisagem brasileira em seu processo de colonização como “uma fonte de um ato de adoração e a projeção de um ato de desejo”. Para muitos, a paisagem brasileira com seus frutos, animais, areias, árvores, flores e toda sua exuberante tropicalidade, deveria ser amada e, por isso pintaram ou produziram imagens, ilustrações, ou então escreveram, fazendo poesia a respeito da natureza assim “transfigurada em objeto do desejo” (SEVCENKO, 1994).

Outra forma de percepção foi manifestada pela prática agressiva sobre a paisagem, com suas matas a serem devastadas, um território que deveria ser explorado, dominado, controlado. Textos oficiais e de escritores, registros de desenhistas também revelaram esta outra faceta de se conceber a natureza, “natureza que, por sua vez, aparece aqui como o inimigo a ser vencido e a ser espoliado” (SEVCENKO, 1994, p.110).

Assim, textos escritos, desenhos, pinturas, são fontes que necessitam leituras que os situem no contexto de sua produção.

Músicas e literatura têm sido outros documentos reveladores das percepções de outros sujeitos e suas peculiaridades na apreensão das relações da sociedade com a natureza em momentos e espaços determinados. A seca, a falta de água no sertão ou nos centros urbanos, a saudade das noites sertanejas, apenas para exemplificar, são temas recorrentes da música popular do Brasil dos últimos anos. Músicas religiosas e profanas, pelas letras e instrumentos, informam sobre ritmos e emoções diante de situações variadas do cotidiano, de conflitos e lutas no confronto do homem com seu entorno.

Resta, então, a tarefa de introduzir e criar métodos possíveis de serem introduzidos em sala de aula. Um trabalho difícil, mas desafiador e estimulante para aqueles que acreditam na escola como um “meio ambiente” que pode auxiliar na transformação da sociedade e para aqueles que lutam por um futuro mais digno para as gerações futuras.

Bibliografia Referenciada

ALMEIDA, J. P. de. *A extinção do arco-iris. Ecologia e história*. Campinas, Papirus, 1988.

_____. *Errante no campo a razão. O inédito na história. Contribuição para um estudo de história e ecologia. Análise crítica da racionalidade na gestão de meio ambiente. Os EIA- RIMAS no Estado de São Paulo*. Tese de doutorado, FFLC.H/USP, 1993.

BARBOSA, L. Garimpo e meio ambiente: águas sagradas e profanas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, 1991, p. 229-243

BITTENCOURT, C. M .F. e PONTUSCHKA, N. N. (org.). *Um projeto...tantas visões. Educação ambiental na escola pública*. São Paulo, AGB/LAPECH, 1996

BLOCH, M. *Introdução à história*. Lisboa, Europa-América, 1976.

BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*. Lisboa, Europa-América, 1949

CORBIN, A. *O território do vazio. A praia o imaginário ocidental*. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CORREA, D. S. *Paisagens sobrepostas. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1934)*. Tese de doutorado, FFLC.H/USP, 1997

DEAN, W. *A luta pela borracha no Brasil: Um Estudo de História Ecológica*. Tradução de Eduardo Brandão, São Paulo :Nobel, 1989

_____. A botânica e a política Imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4:8, 1991, pp. 216-228

_____. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira*. Tradução de Cid K. Moreira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DELORT, R. e WALTER, F. *Histoire de l'environnement européen*. Paris, Presses Universitaires de France, 2001.

DRUMOND, J. A. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.4:8, 1991, pp.177-197

IADURIE, E. Le R. *Le territoire de l'historien*. Paris, Gallimard, 1973

MANEGLIER, H. *Histoire de l'eau. Du mythe à la pollution*. Paris, François Bourin, 1991

ORIA, R. Memória e ensino de História, In BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo, Contexto, 1997, p. 128-148.

SANTOS, B. dos S. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SEVCENKO, N. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura., São Paulo, *Revista USP*, v. 30, n. 1, p.108-119.

SHAMA, S. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

SOFFIATI, A. A ausência da natureza nos livros didáticos de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.9, n. 19, set.89/fev.90, p.43-56.

THOMÁS, K. *O homem e o mundo natural. Mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo, Cia. das Letras, 1988.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.4, n. 8, 1991, p.198- 215.

Environment and teaching of History

ABSTRACT

This article presents a reflection on the historians' relationships and History teachers with the environment, we tried to stop in the several environmental problems, noticing how many of the approached themes are also familiar to the humanities and how the approaches between society and environment make possible mutual enrichment between the two areas and knowledge fields.

Key-words: environment history, environment, teaching of history.